

Corte na área de ciência chega a R\$ 248 milhões

Na área do CNPq, o impacto do ajuste das contas do governo federal será de R\$ 57 milhões

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA – O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) vai deixar de investir pelo menos R\$ 248 milhões este ano por causa dos cortes no Orçamento. Isso representa 19% do R\$ 1,2 bilhão previsto inicialmente para a área. Só no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), um dos principais órgãos de incentivo à pesquisa no País, o impacto do ajuste de contas do governo federal representa R\$ 57 milhões.

Por orientação do ministro José Israel Vargas, o CNPq não deverá cortar as bolsas que atualmente beneficiam cerca de 48 mil pesquisadores. "Bolsa é como salário", diz o secretário-executivo do ministério, Lindolpho de Carvalho Dias. Na sexta-feira, o órgão emitiu uma portaria determinando uma série de cortes, o que inclui o fim do auxílio para a realização de eventos científicos e a publicação de revis-

tas, entre outros.

A previsão no começo do ano era a de que o CNPq teria disponíveis R\$ 436 milhões para bolsas. O secretário-executivo admite, porém, que esse valor deverá cair para R\$ 390 milhões, apesar da disposição de manter os benefícios já concedidos. Há quem fale no ministério até em uma redução para R\$ 370 milhões. De qualquer modo, está suspensa a concessão de novas bolsas em 1998.

"Mas a expectativa é pagar todas as bolsas sem atraso", reforça ele.

O MCT mantém ainda 14 institutos de pesquisa, que também sentirão os efeitos do ajuste do governo.

"A orientação é mantê-los funcionando numa base extremamente austera e sem investimento", afirma Carvalho Dias. "Tudo o que não for essencial a gente adia."

Caberá a cada órgão do ministério definir em detalhes os programas ou institutos que serão afetados. Sabe-se, por exemplo, que o Fundo Nacional de Desenvolvi-

mento Científico e Tecnológico (FNDCT) – que distribui verbas para as instituições de pesquisa – perderá R\$ 16,8 milhões. Isso significa que outros R\$ 15 milhões, oriundos de empréstimos internacionais e liberados com a condição de o governo honrar a contrapartida, deixarão de ser investidos.

Diante das limitações orçamentárias, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) – empresa pública ligada ao MCT e responsável pelo FNDCT – vai fazer economia em casa, cortando gastos com viagens e despesas administrativas. É o que garante o presidente Lourival Carmo Monaco: "Não esperamos reduzir

os repasses, mas sim os custos", afirma. "Vamos trabalhar de curto curto."

Dos R\$ 889 milhões que o MCT deveria receber do governo – o restante dos recursos é oriundo de fontes próprias ou externas –, apenas R\$ 662 milhões poderão ser liberados, segundo o decreto que determinou os cortes no Orçamento.

ÓRGÃOS DEFINIRÃO PROGRAMAS QUE SERÃO AFETADOS